



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR

PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

---

**FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR  
PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO  
SETOR PÚBLICO (DCASP)**

**1 INFORMAÇÕES GERAIS**

- 1.1 *Natureza Jurídica da entidade:*** Fundo de Assistência a Saúde do Servidor Público do município de Balneário Camboriú - FUNSERVIR, fundo público, natureza contábil especial, sem personalidade jurídica, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sobre o número 14.674.100/0001-08;
- 1.2 *Domicílio:*** estabelecido na Rua 902, nº 556, Bairro Centro na cidade de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina;
- 1.3 *Natureza das operações e principais atividades da entidade:*** Instituído pela Lei Municipal nº 1213, de 21 de janeiro de 1993, tem por objetivo proporcionar o custeio do plano de benefícios previdenciários e do plano de assistência à saúde, nos termos da Lei.
- 1.4 *Declaração de conformidade:*** as demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, observou ainda o elenco de contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina bem como todas as determinações impostas pelo mesmo, Portarias, Manual e IPCs da Secretaria do Tesouro Nacional, de forma parcial as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) conforme Decreto Municipal n.º 7.614/2014 que dispõe sobre o



cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados que poderá ser revisto no exercício de 2016 para ser harmonizado com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais aprovado pela Portaria STN n.º 548/2015.

## 2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

**2.1 Base de mensuração utilizada:** Os ativos e passivos integrantes do patrimônio público apresentados nas demonstrações contábeis tem por base o custo histórico das transações.

**2.2 Novas normas e políticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, incluindo as orientações emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e os padrões estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão este responsável pela padronização das contas em nível nacional. Estas são as primeiras demonstrações contábeis apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) pela entidade.

### **2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

2.3.1 O reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência foram registras no decorrer do exercício.

2.3.2 O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangível está previsto e em implantação de acordo com Decreto Municipal n.º 7.621/2014.

2.3.3 O registro de fenômenos econômicos, independente ou não da execução orçamentária, está previsto e em implantação de acordo com Decreto Municipal n.º 7.621/2014.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR

PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

- 2.3.4 O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura não foram normatizados pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2015 e não foi implantado nem está em implantação.
- 2.3.5 A implementação do Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) não foi normatizada pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2015 e não foi implantado nem está em implantação.
- 2.3.6 A aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para consolidação das contas nacionais, foi implementada integralmente no exercício de 2015.

### **3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES DE SUPORTE**

De acordo com artigo 15, da Instrução Normativa n.º 20/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências:

“Art. 15. A prestação anual de contas de gestão deve estar acompanhada dos balanços e demonstrativos contábeis exigidos pelas Leis n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme o caso.

§1º A unidade jurisdicionada deve apresentar os documentos mencionados no caput atualizados em conformidade com as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda.”

Sendo assim, as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) serão elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964 atualizadas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP. Tais padrões devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e municípios, permitindo a evidenciação, a



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR

PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei n.º 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar n.º 101/2000, as quais são:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), e
- g) Notas Explicativas.

De acordo com a NBC TSP 16.6R1, a DMPL deve ser elaborada apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas, não sendo o caso desta municipalidade.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

As demonstrações contábeis apresentam informações extraídas dos registros e dos documentos que integram o sistema contábil da entidade.

As demonstrações contábeis conterão a identificação da entidade do setor público, da autoridade responsável e do contabilista.

Nas demonstrações contábeis, as contas semelhantes podem ser agrupadas; os pequenos saldos podem ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 10% (dez por cento) do valor do respectivo grupo de contas, sendo vedadas a compensação de saldos e a utilização de designações genéricas.

Para fins de publicação, as demonstrações contábeis podem apresentar os valores monetários em unidades de milhar ou em unidades de milhão, devendo indicar a unidade utilizada.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR

PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Os saldos devedores ou credores das contas retificadoras devem ser apresentados como valores redutores das contas ou do grupo de contas que lhes deram origem.

A divulgação das demonstrações contábeis e de suas versões simplificadas é o ato de disponibilizá-las para a sociedade e compreende, entre outras, as seguintes formas:

- a) publicação na imprensa oficial em qualquer das suas modalidades;
- b) remessa aos órgãos de controle interno e externo, a associações e a conselhos representativos;
- c) a disponibilização das Demonstrações Contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados;
- d) disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e contém informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

### 3.1 Balanço Orçamentário (Anexo 12)

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária e é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

No Quadro Principal, são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR

PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados, são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados, são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. São informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior. Os entes que não conseguem fazer o controle dos restos a pagar não processados liquidados podem, ao final do exercício, transferir seus saldos para restos a pagar processados.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR

PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.

O resultado orçamentário apurado no exercício de 2015 no FUNSERVIR foi superavitário na importância de R\$ 3.221.467,98 (três milhões, duzentos e vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa e oito centavos), resultante da diferença entre a execução orçamentária da receita e da despesa e das Interferências Ativas e Passivas realizadas durante o exercício. No exercício foi realizado 134,39% da previsão das receitas e 84,71% do orçamento das despesas.

### 3.2 Balanço Financeiro (Anexo 13)

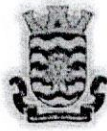
O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR

PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Portanto, a análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias.

A discriminação por fonte/destinação de recurso permite evidenciar a origem e a aplicação dos recursos financeiros referentes à receita e despesa orçamentárias.

O Balanço Financeiro será elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- a) Classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;
- b) Classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas) para as Transferências Financeiras Concedidas;
- c) Classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) para as Transferências Financeiras Recebidas;
- d) Classe 5 (Orçamento Aprovado) para a Inscrição de Restos a Pagar; e
- e) Classe 6 (Execução do Orçamento) para a Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária e Pagamento de Restos a Pagar.

Os Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispendios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários) se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispendios.

O saldo transportado para o exercício seguinte no FUNSERVIR foi de R\$ 6.748.536,41 (seis milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta e um centavos). O Balanço Financeiro demonstra que no exercício foram inscritos restos a pagar na ordem de R\$ 328.578,22 (trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos).

### **3.3 Balanço Patrimonial (Anexo 14)**

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública:





- 
- a) ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;
  - b) passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;
  - c) patrimônio líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. As contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade enquanto as contas do passivo, estão dispostas em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

Os ativos são classificados como “circulante” quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estarem disponíveis para realização imediata;
- b) tiverem a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulante.

Os passivos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem um dos seguintes critérios:

- a) corresponderem a valores exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis;
- b) corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Os demais passivos são classificados como não circulante.

O Balanço Patrimonial é composto por:

- a) Quadro Principal;



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

### FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR

#### PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

- b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

No exercício de 2015 o FUNSERVIR auferiu superávit financeiro no valor de R\$ 6.121.318,08 (seis milhões, cento e vinte e um mil, trezentos e dezoito reais e oito centavos), resultante da diferença entre o ativo financeiro, composto pelo caixa e equivalente de caixa e o passivo financeiro, composto pelo passivo circulante, crédito empenhado a liquidar e restos a pagar não processados a liquidar.

#### 3.3.1 Imobilizado

O saldo do imobilizado no exercício de 2015 é de R\$ 430.927,97 (quatrocentos e trinta mil, novecentos e vinte e sete reais e noventa e sete centavos). As variações e os saldos desta conta estão apresentados na tabela a seguir.

Em reais (R\$)

IMOBILIZADO FUMPRESI				
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Saldo Final
<b>Bens móveis</b>	389.561,60	11.788,53	0,00	401.350,13
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	42.183,54	0,00	0,00	42.183,54
Bens de informática	203.873,61	10.068,43	0,00	213.942,04
Móveis e utensílios	65.788,45	1.720,10	0,00	67.508,55
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	1.332,00	0,00	0,00	1.332,00
Veículos	68.606,71	0,00	0,00	68.606,71
Demais bens móveis	7.777,29	0,00	0,00	7.777,29
<b>Bens imóveis</b>	29.780,00	0,00	0,00	29.780,00
Edifícios	29.780,00	0,00	0,00	29.780,00
<b>(-) Depreciação</b>	0,00	0,00	202,16	0,00
<b>TOTAL</b>	419.341,60	11.788,53	202,16	430.927,97

O método utilizado para cálculo da depreciação é o de quotas constantes, conforme definido pelo Decreto Municipal n.º 7.621/2014.

#### 3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15)



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR

PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise das alterações dos elementos patrimoniais e do desempenho da administração pública.

O resultado patrimonial do período foi apurado pelo confronto entre as variações ativas e variações passivas, sendo superavitário no montante de R\$ 3.282.706,08 (três milhões, duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e seis reais e oito centavos).

O quadro das variações patrimoniais qualitativas expressa as variações que não afetam quantitativamente o patrimônio, apenas altera a composição das contas dentro de cada grupo. O FUNSERVIR apresentou o valor de R\$ 11.788,53 (onze mil, setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e três centavos) em incorporações de ativos, este valor compreende o total das despesas de capital do período.

### **3.5 Demonstrações do Fluxo de Caixa (Anexo 18)**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A DFC é elaborada utilizando-se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e subfunções. Também faz uso, quando necessário, de outras



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR

PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

contas e filtros necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto ou indireto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- a) das operações;
- b) dos investimentos; e
- c) dos financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta por:

- a) Quadro Principal
- b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias
- c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR  
PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

---

d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida

A geração de caixa e equivalente de caixa no período totalizou o montante de R\$ 2.846.685,29 (dois milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e vinte e nove centavos) resultante das atividades operacionais.

O saldo final de caixa foi de R\$ 6.429.625,15 (seis milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quinze centavos) dos quais R\$ 633.874,27 (seiscentos e trinta e três mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e sete centavos) corresponde a recursos comprometidos por empenhos e retenções/consignações a pagar.

**4 Outras Informações relevantes (Opcional)**

**4.1** Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

**4.2** Objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade

**4.3** Pressuposto das estimativas

**4.4** Reconhecimento de inconformidades

**4.5** Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro

# Fundo de Assistência Saúde do Servidor Público

Rua Rua 902 - de 451/452 ao fim, 566 - Centro - 88.330-596 - Balneário Camboriú/ SC  
CNPJ: 14.674.100/0001-08 Fone: (47) 3367-4403

Usuário: Maria Helena

Chave de Autenticação Digital  
1494-5198-203

Página  
1 / 1

## Anexo 1 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

Valores em R\$ - Período: 01/01/2015 até 31/12/2015

Despesa realizada: Empenhada

RECEITA		DESPESA	
<b>Receitas Correntes</b>		<b>Despesas Correntes</b>	
Receita de Contribuições	8.453.085,41	Pessoal e Encargos Sociais	621.907,03
Receita Patrimonial	476.029,78	Outras Despesas Correntes	10.326.381,80
Total das Receitas Correntes	8.929.115,19	Total de Despesas Correntes	10.948.288,83
Dedução	-31.469,22		
Déficit	2.050.642,86	Superávit	
<b>Total</b>	<b>10.948.288,83</b>	<b>Total</b>	<b>10.948.288,83</b>
Superávit do Orçamento		Déficit do Orçamento	2.050.642,86
<b>Receitas de Capital</b>		<b>Despesas de Capital</b>	
Total das Receitas de Capital		Investimentos	11.788,53
Déficit	2.062.431,39	Total de Despesas de Capital	11.788,53
<b>Total</b>	<b>2.062.431,39</b>	Superávit	
Superávit do Orçamento		<b>Total</b>	<b>2.062.431,39</b>
Déficit do Orçamento			
<b>Receitas Correntes Intra-Orçamentárias</b>		<b>Despesas Correntes Intra-Orçamentárias</b>	
Receitas de Contribuição Intra-Orçamentária	5.340.506,06	Pessoal e Encargos Sociais	55.985,93
Total das Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	5.340.506,06	Outras Despesas Correntes	620,76
Déficit		Total das Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	56.606,69
<b>Total</b>	<b>5.340.506,06</b>	Superávit	3.221.467,98
Superávit do Orçamento	3.221.467,98	<b>Total</b>	<b>5.340.506,06</b>
Déficit do Orçamento			
<b>Receitas de Capital Intra-Orçamentárias</b>		<b>Despesas de Capital Intra-Orçamentárias</b>	
Total das Receitas de Capital Intra-Orçamentárias		Total das Despesas de Capital Intra-Orçamentárias	
Déficit		Superávit	3.221.467,98
<b>Total</b>	<b>3.221.467,98</b>	<b>Total</b>	<b>3.221.467,98</b>
Superávit do Orçamento	3.221.467,98	Déficit do Orçamento	
Déficit do Orçamento			
<b>Transferências Financeiras</b>		<b>Transferências Financeiras</b>	
Total das Transferências Financeiras		Total das Transferências Financeiras	141.482,03
Déficit		Superávit	3.079.985,95
<b>Total</b>	<b>3.221.467,98</b>	<b>Total</b>	<b>3.221.467,98</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>14.238.152,03</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>14.238.152,03</b>

### Resumo

RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes	8.897.645,97	Despesas Correntes	10.948.288,83
Receitas de Capital		Despesas de Capital	11.788,53
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	5.340.506,06	Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	56.606,69
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias		Despesas de Capital Intra-Orçamentárias	
Transferências Financeiras		Reserva de Contingência	
Déficit		Transferências Financeiras	141.482,03
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>14.238.152,03</b>	Superávit	3.079.985,95
		<b>TOTAL GERAL</b>	<b>14.238.152,03</b>

# Fundo de Assistência Saúde do Servidor Público

Rua Rua 902 - de 451/452 ao fim, 566 - Centro - 88.330-596 - Bairro São Camboriú/ SC  
 CNPJ: 14.674.100/0001-08 Fone: (47) 3367-4403

Usuário: Maria Helena Cardoso  
 Chave de Autenticação: 2549-7248-059  
 Página: 1 / 2

## Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

### RECEITAS

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1	Receitas Correntes			
1.2	Receitas de Contribuições			
1.2.1	Contribuições Sociais			
1.2.1.0.99	Outras Contribuições Sociais			
1.2.1.0.99.00.01	Contribuição p/Assistência Médica dos Servidores	8.421.616,19	8.421.616,19	8.897.645,97
1.2.1.0.99.00.01.01	Contribuições Patronais p/ Assistência Médica	8.421.616,19		
1.2.1.0.99.00.01.01.01	Contribuições Patronais - Servidores Ativos	186.061,15		
1.2.1.0.99.00.01.01.01	Contribuições Patronais - Servidores Ativos	186.061,15		
1.2.1.0.99.00.01.01.02	Contribuições Servidor p/ Assistência Médica	8.235.555,04		
1.2.1.0.99.00.01.02.01	Contribuições Servidor - Servidor Ativo	-4.079,17		
1.2.1.0.99.00.01.02.01	Contribuições Servidor - Servidor Ativo	23.368,33		
1.2.1.0.99.00.01.02.01	Contribuições Servidor - Servidor Ativo	-27.447,50		
1.2.1.0.99.00.01.02.02	Contribuições Servidor - Servidor Inativo	-4.021,72		
1.2.1.0.99.00.01.02.02	Contribuições Servidor - Servidor Inativo	-4.021,72		
1.2.1.0.99.00.01.02.04	Contribuição Servidor - PMBC	5.662.919,10		
1.2.1.0.99.00.01.02.04	Contribuição Servidor - PMBC	5.662.919,10		
1.2.1.0.99.00.01.02.05	Contribuição Servidor - FMEBC	1.385,14		
1.2.1.0.99.00.01.02.05	Contribuição Servidor - FMEBC	1.385,14		
1.2.1.0.99.00.01.02.06	Contribuição Servidor - FCBC	12.045,65		
1.2.1.0.99.00.01.02.06	Contribuição Servidor - FCBC	12.045,65		
1.2.1.0.99.00.01.02.07	Contribuição Servidor - CÂMARA	68.943,43		
1.2.1.0.99.00.01.02.07	Contribuição Servidor - CÂMARA	68.943,43		
1.2.1.0.99.00.01.02.08	Contribuição Servidor - EMASA	57.259,76		
1.2.1.0.99.00.01.02.08	Contribuição Servidor - EMASA	57.259,76		
1.2.1.0.99.00.01.02.09	Contribuição Servidor - F.M.SAÚDE	1.095.012,68		
1.2.1.0.99.00.01.02.09	Contribuição Servidor - F.M.SAÚDE	1.095.012,68		
1.2.1.0.99.00.01.02.10	Contribuição Servidor - BCPREVI	1.346.090,17		
1.2.1.0.99.00.01.02.10	Contribuição Servidor - BCPREVI	1.346.090,17		
3	Receita Patrimonial			
3.2	Receitas de Valores Mobiliários			
3.2.5	Remuneração de Depósitos Bancários			
3.2.5.02	Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	476.029,78	476.029,78	
3.2.5.02.99	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não vinculados	476.029,78		
3.2.5.02.99.99	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. OUTROS	476.029,78		
3.2.5.02.99.99	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc. OUTROS	476.029,78		
2	Receitas Correntes Intra-Orçamentárias			
2.1	Receitas de Contribuições			
2.1.0.99	Contribuições Sociais			
2.1.0.99.00.01	Outras Contribuições Sociais			
2.1.0.99.00.01.01	Contribuições p/ Assistência Médica dos Servidores	5.340.506,06	5.340.506,06	
2.1.0.99.00.01.01.04	Contribuições Patronais p/ Assistência Médica	5.340.506,06		
2.1.0.99.00.01.01.04	Contribuição Patronal - PMBC	3.331.708,99		
2.1.0.99.00.01.01.04	Contribuição Patronal - PMBC	3.331.708,99		
2.1.0.99.00.01.01.05	Contribuição Patronal - FMEBC	9.398,13		
				5.340.506,06

# Fundo de Assistência Saúde do Servidor Público

Rua Rua 902 - de 451/452 ao fim, 566 - Centro - 88.330-596 - Balaieiro Camboriú/ SC  
CNPJ: 14.674.100/0001-08 Fone: (47) 3367-4403

Usuário: Maria Helena Cardoso

Chave de Autenticação  
2549-7248-059

Página  
2 / 2

## Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Receitas Segundo as Categorias Econômicas

### RECEITAS

Valores em R\$ - Período: 01/01/2015 até 31/12/2015

7.2.1.0.99.00.01.01.05	Contribuição Patronal - FMEBC	9.398,13
7.2.1.0.99.00.01.01.06	Contribuição Patronal - FCBC	6.440,94
7.2.1.0.99.00.01.01.06	Contribuição Patronal - FCBC	6.440,94
7.2.1.0.99.00.01.01.07	Contribuição Patronal - CÂMARA	57.393,37
7.2.1.0.99.00.01.01.07	Contribuição Patronal - CÂMARA	57.393,37
7.2.1.0.99.00.01.01.08	Contribuição Patronal - EMASA	38.389,88
7.2.1.0.99.00.01.01.08	Contribuição Patronal - EMASA	38.389,88
7.2.1.0.99.00.01.01.09	Contribuição Patronal - BCPREVI	1.167.704,15
7.2.1.0.99.00.01.01.09	Contribuição Patronal - BCPREVI	1.167.704,15
7.2.1.0.99.00.01.01.10	Contribuição Patronal - F.M.SAÚDE	729.470,60
7.2.1.0.99.00.01.01.10	Contribuição Patronal - F.M.SAÚDE	729.470,60
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>14.238.152,03</b>

### Resumo

Receitas de Contribuições	8.421.615,19
Receita Patrimonial	476.029,78
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>8.897.645,97</b>
<b>Total das Receitas de Capital</b>	
Receitas de Contribuições	5.340.506,06
<b>Total das Receitas Correntes Intra-Orçamentárias</b>	<b>5.340.506,06</b>
<b>Total das Receitas de Capital Intra-Orçamentárias</b>	
<b>Transferências Financeiras</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>14.238.152,03</b>